

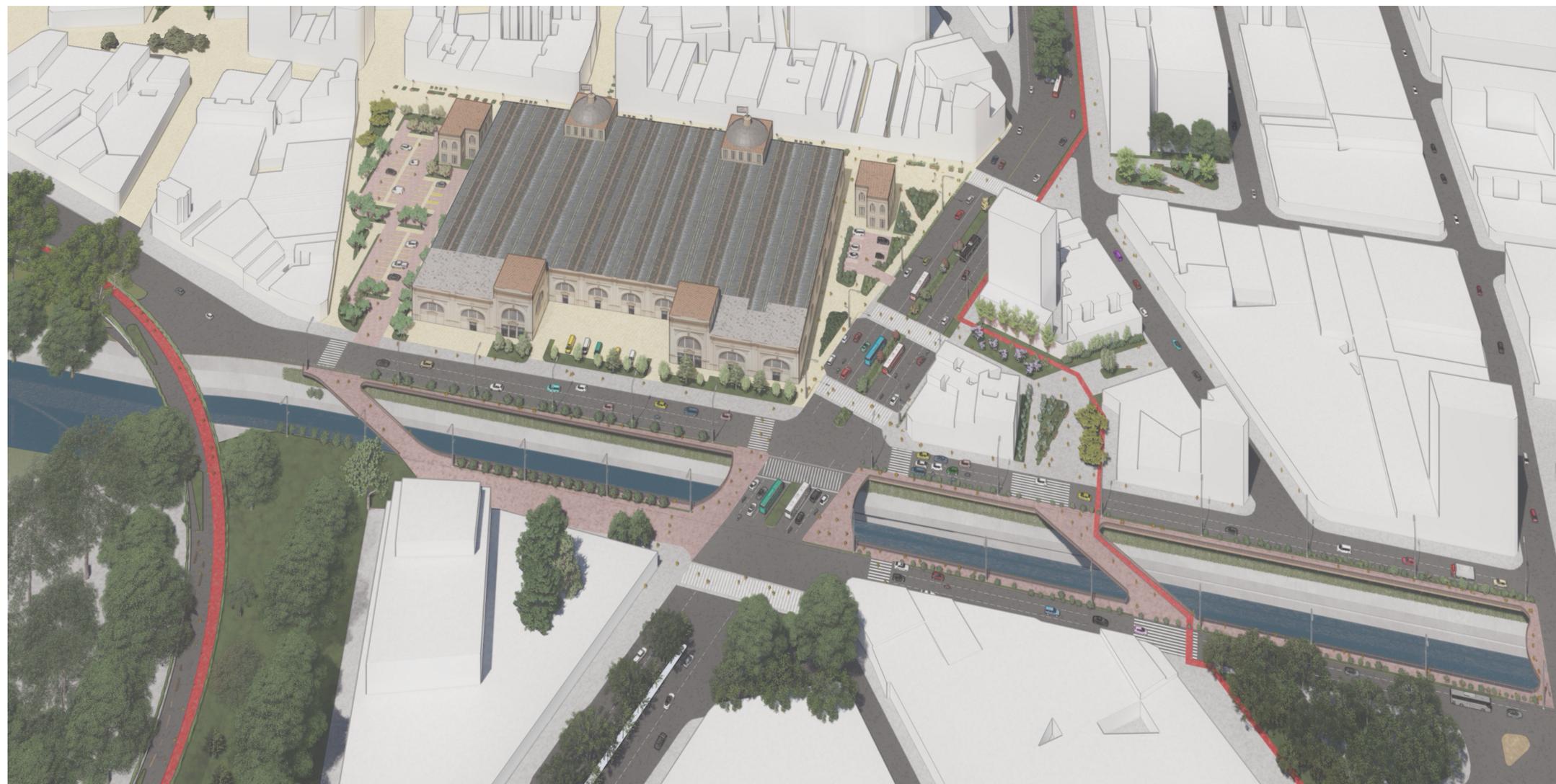
CONCURSO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA: ENTORNO DO MERCADO MUNICIPAL PAULISTANO

Plano de Requalificação Urbanística

RESUMO DA PROPOSTA

O projeto de requalificação urbana tem como foco a priorização da circulação de pedestres, qualificação de espaços públicos e intervenções estratégicas em áreas de intenso comércio. Propõe-se a interdição viária para automóveis, exceto serviços emergenciais e carga e descarga em horários não-comerciais e de baixo fluxo de pedestres, principalmente nas vias como Rua da Cantareira, Rua Barão de Duprat, Rua Vinte e Cinco de Março e Rua Carlos de Sousa Nazaré, em ruas adjacentes à Praça Ragueb Chohfi e o Viaduto Diário Popular. A expansão da malha cicloviária, interconectada ao Mercado e integrada às estações de Metrô e terminais de ônibus, visa potencializar a mobilidade ativa e transportes coletivos sustentáveis. A adequação de vias e calçadas para pedestres e novas travessias e passarelas sobre o Rio Tamanduateí conectam pontos como o Mercado, o Sesc e a Estação Pari, qualificando a experiência urbana. A melhoria da infraestrutura viária, a sinalização adequada e a iluminação pública são diretrizes para garantir segurança e organização do tráfego, proporcionando uma experiência fluida para pedestres, ciclistas e motoristas. A inclusão social é priorizada com dispositivos de acessibilidade universal para garantir a participação plena de todos no ambiente urbano. A proposta cria quatro novas áreas públicas e requalifica as praças existentes, incorporando áreas verdes e permeáveis para fortalecer a mobilidade ativa e a qualidade urbana. As intervenções incluem a identificação e transformação de imóveis notificados e estacionamentos privados em espaços públicos. O projeto aborda áreas de intenso comércio, com diferentes tipologias comerciais e com organização efêmera e orgânica. Dessa forma, as barracas de rua e os ambulantes são integrados à proposta considerando sua importância para a identidade local. A setorização nas vias comerciais pedonais garante fluxos contínuos e circulação eficiente, mantendo a autenticidade local e sua funcionalidade. Reconhecendo a diversidade de públicos que frequentam a região, a implantação de mobiliários proporciona locais de descanso ao longo do circuito comercial. Os jardins de chuva para melhoria das condições de drenagem e arborização de calçadas e espaços públicos são propostas para enfrentar questões ambientais. A conformação da trama verde e azul e a revitalização do Rio Tamanduateí, contribuem para um ambiente mais saudável, agradável e sustentável, além de contribuir para a diminuição das ilhas de calor. A topografia do terreno é utilizada estrategicamente, minimizando custos e preservando o relevo natural. Em Habitação de Interesse Social, a proposta converte imóveis notificados e identifica áreas para futuros projetos. No patrimônio histórico, sugere-se a diversificação de usos, destinando edifícios tombados a funções educacionais e/ou habitacionais. Busca-se amenizar o déficit habitacional, promover diversidade populacional e contribuir para uma cidade inclusiva e democrática. A requalificação do Viaduto Diário Popular em uma travessia elevada para pedestres e ciclistas e as passarelas anexas à estrutura do Rio Tamanduateí, em meio à arborização do Parque Dom Pedro II, integrando as áreas do Museu Catavento, do SESC, ao Mercado Municipal, ao Largo do Pari e ao circuito comercial é um aspecto central do projeto que prioriza o pedestre, a mobilidade ativa e a qualidade e percepção urbana.

IMAGEM 01. IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA NO ENTORNO DO MERCADO MUNICIPAL



ESPAÇO PÚBLICO

Aborda-se o conceito de espaço público como o lugar da ação social (RIBEIRO, 2014)¹ e da cidadania, promovendo um local democrático de manifestação da coletividade. As soluções adotadas em projeto visam garantir acessibilidade a todos e estimular apropriação, permanência, convivência e múltiplas interações, potencializando a diversificação de corpos e de usos. A concepção inclui a requalificação das principais vias de acordo com os usos existentes e a integração com áreas verdes para valorizar a experiência e a circulação na escala local e do corpo, sugerindo um ambiente público acolhedor e seguro. O conceito de urbanismo feminista atravessa a concepção do projeto a partir do entendimento de que espaços seguros para mulheres são seguros a todos e democráticos.

MOBILIDADE

O projeto de requalificação urbana tem a mobilidade ativa e a acessibilidade como algumas de suas premissas centrais. Priorizando a relação pessoa-ambiente, a proposta implementa espaços adequados à escala do corpo, estimulando a caminhada, o ciclismo e o uso de transportes públicos coletivos, fortalecendo a integração em seu caráter intermodal e alinhada à sustentabilidade em seus níveis sociais, ambientais e econômicos.

COMÉRCIO

Propõe-se o fortalecimento do comércio local a partir do tratamento viário nos eixos comerciais da área de projeto. Nesse sentido, a valorização do comércio informal é uma premissa projetual, a partir do reconhecimento das feiras, barracas de rua e ambulantes como fundamentais para a identidade da região. Destacar esses aspectos não apenas impulsiona a economia local e o caráter comercial regional, mas também reforça a multiplicidade sociocultural e econômica.

ASPECTOS SOCIAIS

Uma perspectiva centrada na complexidade dos aspectos sociais é fundamental para atingir a requalificação urbana da região. É necessário priorizar a diversidade socioeconômica e a permanência da população local no território, regulando a especulação imobiliária e coibindo os processos de privatização e gentrificação. Para as pessoas em situação de rua, propõe-se não apenas evitar as remoções, mas implementar projetos de acolhimento, apoio, saúde, educação, habitação e trabalho, com uma abordagem inclusiva e socialmente responsável.

PATRIMÔNIO

O patrimônio edificado deve ser reconhecido pelo seu caráter histórico e cultural, alinhado às necessidades do presente e aos valores sociais e políticos que julgamos importantes enquanto sociedade para construção do nosso futuro. Compreende-se patrimônio enquanto negociação política subjetiva, de identidade, lugar e memória (SMITH, 2021)². Trata-se do reconhecimento do patrimônio material e imaterial, que ultrapasse o Discurso Autorizado do Patrimônio (ibid.) e auxilie no processo de construção do indivíduo a partir das potencialidades das relações pessoa-ambiente. É imprescindível a integração de diretrizes de acessibilidade para promoção da inclusão em espaços urbanos e também edificados, possibilitando o acesso à memória e aproximando a população ao patrimônio.

HABITAÇÃO

É preciso facilitar o acesso à moradia digna para a população de baixa renda, por meio da identificação e transformação de locais com potencial para abrigar projetos de habitação de interesse social. Na presente proposta indicamos imóveis notificados que não cumprem sua função social, a serem desapropriados e convertidos em habitação de interesse social, promovendo inclusão, qualidade de vida e um desenvolvimento urbano equitativo e socialmente justo.

TRAMA VERDE E AZUL

O conceito de trama verde e azul (OLIVEIRA e COSTA, 2018)³ refere-se a formação de um eixo de zonas verdes ao longo da área de requalificação e do Rio Tamanduateí. Trata, em sua essência, da recuperação ambiental e de sua contribuição para a drenagem de águas pluviais. Essa abordagem visa a valorização do patrimônio natural em harmonia com o espaço urbano, criando não apenas corredores verdes, mas também promovendo espaços de lazer, que unem funcionalidade e sustentabilidade.

SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade como abordada pela proposta, se dá de forma integrada, priorizando a responsabilidade social. Busca minimizar impactos ambientais, manter estruturas pré-existentes e considerar os aspectos culturais locais. Essa abordagem visa não apenas transformar o ambiente, mas também promover a equidade socioespacial.

REFERÊNCIAS

- ¹ RIBEIRO, Ana Clara Torres. Teorias da Ação. Rio de Janeiro: Letra Capital, 1ª ed., 2014.
² SMITH, L. Desafiando o discurso autorizado de patrimônio. Caderno Virtual de Turismo, v. 21, n. 2. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1957>. Acesso em: 14 jun. 2022.
³ Oliveira, A. M., & Costa, H. S. de M. (2018). A trama verde e azul no planejamento territorial: aproximações e distanciamentos. Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais, 20(3), 538. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n3p538>